

Memória e desenvolvimento: transformações da paisagem urbana em Vera Cruz/RS

Josiane da Silva
Grazielle Betina Brandt

Resumo

Neste artigo analisam-se as principais transformações da paisagem urbana na área central do município de Vera Cruz/RS, em especial, do patrimônio histórico e cultural, a partir do relato e da memória de diferentes agentes. Consideramos neste estudo como patrimônio histórico e cultural não somente o tempo de existência das edificações como fator principal, mas o contexto no qual elas estão/estavam inseridas, bem como a relação dessas edificações com a memória de seus habitantes. A partir de uma pesquisa com abordagem qualitativa, constatamos que as percepções dos distintos residentes e agentes acerca da preservação e/ou restauração do patrimônio histórico construído, bem como a respeito das transformações da paisagem urbana na área central do município, são tensionadas pelas antinomias espaço-temporais da força do capital, que também contribui para a alteração do curso da história local.

Palavras-chave | Agentes; desenvolvimento; memória; paisagem urbana; Vera Cruz.

Classificação JEL | N96 O18 R14.

Memory and development: transformations of the urban landscape in Vera Cruz/RS

Abstract

This article analyses the main transformations of the urban landscape in the central area of the municipality of Vera Cruz/RS, especially the historical and cultural heritage, based on the accounts and memories of different agents. In this study, we consider historical and cultural heritage not only the time the buildings have existed as the main factor, but the context in which they are/were inserted, as well as the relationship between these buildings and the memory of their inhabitants. Based on qualitative research, we found that the perceptions of different residents and agents about the preservation and/or restoration of built historical heritage, as well as about the transformations of the urban landscape in the central area of the municipality, are tensioned by the space-time antinomies of the force of capital, which also contributes to altering the course of local history.

Keywords | Agents; development; memory; urban landscape; Vera Cruz.

JEL Classification | N96 O18 R14.

Memoria y desarrollo: transformaciones del paisaje urbano en Vera Cruz/RS

Resumen

Este artículo analiza las principales transformaciones del paisaje urbano en el área central del municipio de Vera Cruz/RS, especialmente, el patrimonio histórico y cultural, a partir del informe y la memoria de diferentes agentes. Consideramos en este estudio como patrimonio histórico y cultural no solo el tiempo de existencia de los edificios como el factor principal, sino también el contexto en el que están/fueron insertados, así como la relación de estos edificios con la memoria de sus habitantes. A partir de una investigación con enfoque cualitativo, se constata que las percepciones de diferentes residentes y agentes sobre la preservación y/o restauración del patrimonio histórico construido, así como sobre las transformaciones del paisaje urbano en el área central del municipio, están tensas por los antimonios espacio-temporales de la fuerza del capital, que también contribuye para el cambio del curso de la historia local.

Palabras clave | Agentes; desarrollo; memoria; paisaje urbano; Vera Cruz.

Clasificación JEL | N96 O18 R14.

Introdução

O presente estudo propõe uma investigação acerca das transformações ocorridas na paisagem urbana da área central do município de Vera Cruz, localizado no estado do Rio Grande do Sul (RS), fazendo uso da memória de diferentes agentes urbanos como principal instrumento analítico. Ao utilizar registros fotográficos, documentos históricos e entrevistas semiestruturadas, o objetivo é examinar as mudanças mais significativas na paisagem urbana no período compreendido entre 1959 (ano de emancipação do município) até 2019. Importante ressaltar que o patrimônio urbano em análise – construções residenciais, comerciais, administrativas, religiosas, culturais, entre outras – não goza de formal inventário ou proteção legal nos âmbitos municipal, estadual ou federal.

De acordo com Vogt (2008), a conceituação de patrimônio cultural abrange tanto elementos materiais quanto imateriais, dotados de valor e relevância para um grupo específico. Trata-se de uma herança do passado que se imbrica na vivência cotidiana das sociedades contemporâneas incluindo diversas formas, entre as quais se destaca o patrimônio arquitetônico ou edificado, central ao escopo deste estudo.

Neste contexto, o entendimento de patrimônio histórico e cultural transcende a mera consideração do tempo de existência das edificações, enfatizando o contexto espacial no qual estão – ou estavam inseridas –, assim como a relação intrínseca dessas construções com seus habitantes e as funções específicas que desempenhavam. A abordagem analítica adotada pela pesquisa delimita o patrimônio como uma particularidade de ordem local/regional, propiciando perspectivas distintas, usos diferenciados e impactos nos entornos imediatos e não imediatos.

No contexto brasileiro, caracterizado pela diversidade étnica, há marcantes vestígios da influência cultural proveniente de diversas partes do mundo, contribuindo para a rica diversidade que define o país. Essas comunidades deixaram suas marcas distintivas, refletidas nos costumes, hábitos e crenças evidenciadas nas paisagens das regiões por onde passaram. É perceptível a presença de diferentes formas de apropriação cultural, manifestadas tanto na cultura quanto na paisagem construída de determinada localidade.

Esses elementos culturais estabelecem conexões significativas com o passado e a história, configurando os valores e a identidade intrínseca a uma determinada região. O desenho urbano¹ e o patrimônio arquitetônico apresentam características específicas, contribuindo para a preservação da memória e identidade local/regional. Nesse contexto, o patrimônio cultural que molda a paisagem urbana pode ser entendido como uma ligação entre o passado e o presente, atuando como um componente essencial para a definição da identidade e resistência às influências homogeneizadoras da globalização.

É imperativo reconhecer que as transformações urbanas não constituem um processo natural, mas resultam das relações sociais de produção (Lopes de Souza, 2006). Em virtude das dinâmicas impostas, tais transformações podem contribuir para a degradação do acervo de memórias e valores, tanto individuais quanto coletivos, levando à fragmentação dos sentidos compartilhados dentro de uma comunidade. As alterações no ambiente urbano frequentemente resultam na perda de registros da memória coletiva, aquela que conecta passado e presente, gerando, por vezes, a falta de sensação de pertencimento a um determinado tempo, território e sociedade.

Portanto, compreende-se que o desenvolvimento não se restringe apenas à dimensão econômica, mas abrange também as esferas histórico-cultural e socioambiental. Essas esferas são fundamentais na construção dos laços de identidade e pertencimento, sendo a memória o elemento unificador desses componentes (Pesavento, 2005). É por meio da preservação da memória dos

¹ O desenho urbano é um campo de conhecimento multidisciplinar que aborda as áreas de urbanismo, paisagismo e arquitetura. Ele está diretamente ligado ao planejamento urbano.

elementos que compõem a paisagem circundante que as sociedades encontram a base para sua identificação e a construção de identidades territoriais.

Conforme Lopes de Souza (2006), a memória, sendo uma construção discursiva, faz com que o indivíduo tenha consigo uma infinidade de experiências e significados. Dessa forma, pode ser constantemente alterada e constituir um novo eu. A memória pode ser tanto um aprendizado como um acontecimento, uma representação, um conjunto de elementos associados que possibilitam a constituição da identidade de um indivíduo.

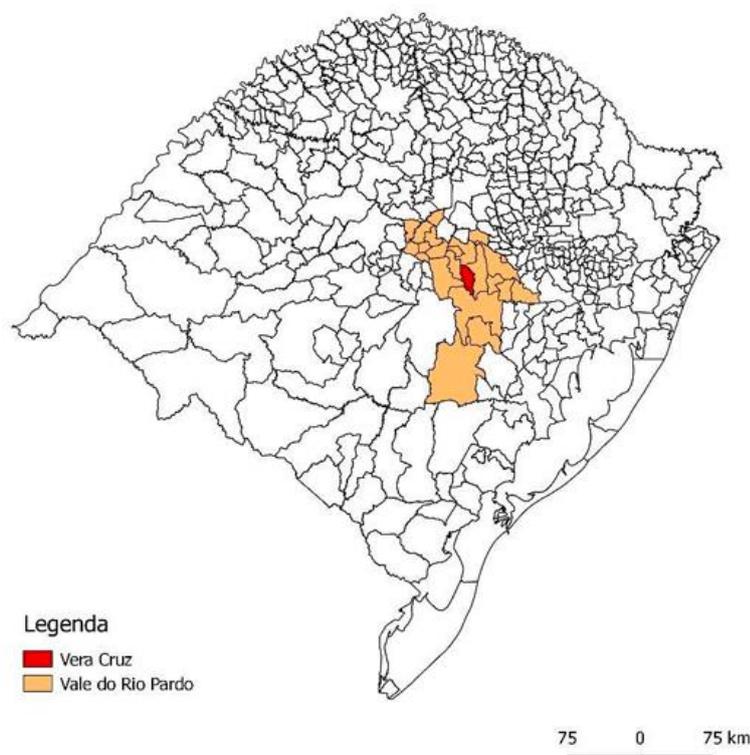
Neste sentido, patrimônio, paisagem e memória formam uma tríade de complexa análise, que permite uma aproximação sob a perspectiva do Desenvolvimento Regional, sobre o modo como um determinado território é ou não afetado pelas transformações ocorridas em sua paisagem, uma vez que o patrimônio histórico pode ser depreciado por interesses do capital.

A ação do capital sobre os territórios, na forma da iniciativa imobiliária e demais movimentos, desterritorializa e reterritorializa, promovendo uma fluidez contínua que não comporta o simbolismo cultural, o qual é aglutinante das particularidades que conformam as regiões e suas identidades. A história, a cultura e seus marcos permitem que as regiões e as cidades existam como territórios únicos e não se atomizem no espaço-mundo globalizado. Entretanto, essa relação entre capital imobiliário e território mostra-se complexa, visto que nem sempre ela destrói as formas construídas, mas promove a restauração e preservação delas, alterando os usos e funções para as novas demandas econômicas.

O município de Vera Cruz, frequentemente caracterizado por sua origem germânica, possui uma história multifacetada que remonta a diversos grupos étnicos anteriores à chegada dos imigrantes alemães. Ao longo do tempo, povos indígenas, negros, lusos e, posteriormente, os alemães, desempenharam papéis significativos na formação dos costumes desta região. Não obstante a diversidade de influências, a colonização alemã destacou-se como o fenômeno de maior impacto para o município, dada a sua amplitude e intensidade (Dummer *et al.*, 2009).

Inaugurando sua história como Vila Tereza e integrando o território do município de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz iniciou o processo de colonização alemã em 1850, embora registros da presença de outras etnias já fossem perceptíveis anteriormente. A primeira área a ser loteada durante esse processo foi identificada como Dona Josefa. Um século após o início dessa colonização, o 2º Distrito de Santa Cruz do Sul, conhecido como Vila Tereza, mobilizou-se para alcançar sua emancipação. Esse marco foi oficializado pela Lei nº 3697, publicada em 30 de janeiro de 1959, com a instalação do município ocorrendo em 7 de junho do mesmo ano (Dummer *et al.*, 2009). O município vem se modificando constantemente, alterando assim suas configurações demográficas e sociais.

Mapa 1 - Mapa do estado do Rio Grande do Sul, com localização da Região do Vale do Rio Pardo e do município de Vera Cruz



Fonte: Josiane da Silva (2018).

O município de Vera Cruz apresentava no Censo de 2000 uma população de 21.300 mil habitantes, e no ano de 2010 cerca de 23.983 mil moradores residiam no município. No ano de 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) estima um crescimento populacional de 11% em Vera Cruz, totalizando assim 26.618 mil habitantes. Estes números refletem diretamente uma modificação demográfica no município, que segue acompanhada de modificações no seu espaço urbano, sobretudo transformado para abrigar seus novos residentes. Em 2010, pouco mais da metade da população, 55%, já residia na área urbana do município.

De acordo com o IBGE (2018), a área da unidade territorial do município de Vera Cruz é de 309,621km², com densidade demográfica de 77,46 hab./km², onde 74,2% (em 2010) dos domicílios apresentam sistema de esgotamento sanitário adequado. As taxas de mortalidade infantil média é de 7,6 para cada mil nascidos vivos (em 2017) e a de escolarização de crianças de seis a 14 anos é de 99% (em 2010). O índice de desenvolvimento humano municipal é de 0,737 (em 2010) e o PIB *per capita* é de R\$ 22.941,34 (em 2017).

Memória social e desenvolvimento urbano

Halbwachs (1990, p. 132), em seu estudo sobre memória coletiva observa a significância das formas dos objetos no entorno, evidenciando que o indivíduo não está isolado, mas se adapta e é influenciado pela imagem do ambiente em que está inserido. As lembranças continuam desempenhando um papel significativo na vida cotidiana, uma vez que a presença passada de um grupo deixa vestígios, mesmo que o grupo tenha se dissipado. A importância do aspecto “material” na representação de um grupo é destacada, sendo que a força do ato anterior permanece na imagem (Halbwachs, 1990).

Michael Pollak (1992), destaca como elementos constitutivos da memória aqueles eventos vividos pessoalmente e aos quais o indivíduo se identifica, mesmo não os tendo experimentado diretamente. A memória individual não é isolada, ela busca pontos de apoio externos para recordar as lembranças necessárias, enquanto a memória coletiva remete aos eventos conhecidos por relatos, documentos ou reportagens. A memória, segundo Pollak (1992), está intrinsecamente ligada ao sentimento de identidade, representando uma sensação de continuidade e coerência para o indivíduo. Contudo, a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, especialmente entre diferentes grupos políticos.

Há, também, a consideração de que certas memórias, associadas a momentos de sofrimento e de tristeza, podem ser repudiadas pela sociedade e, por isso, tendem a ser esquecidas ou apagadas. Os pontos de apoio da memória, como paisagens, patrimônio arquitetônico e tradições, desempenham um papel crucial no fortalecimento da memória coletiva e na sua preservação (Halbwachs, 1990).

A diferenciação das cidades é abordada por Halbwachs (1990, p. 136), destacando a importância dos hábitos locais e da memória coletiva nas imagens espaciais.

Sem dúvida, a diferenciação de uma cidade resulta na origem de uma diversidade de funções e costumes sociais; mas, enquanto o grupo evolui, a cidade, em seu aspecto exterior, muda mais lentamente. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais. Com efeito, as cidades se transformam no curso da história.

Conforme Pesavento (2005), a interrelação entre memória, história e cidade transcorre por meio das instâncias simbólica e sensível, onde se busca desvelar os significados que a cidade abrigou em períodos anteriores. A autora enfatiza que, por meio da contribuição de imagens e discursos, é possível forjar uma identidade urbana singular, conferindo à cidade uma unicidade histórica. Destaca-se, assim, a

validade de empreender esforços para recuperar registros, tanto tangíveis quanto intangíveis, como a memória e as tradições. Nesse contexto, Pesavento (2005, p. 13) complementa a discussão ao afirmar que:

Nesta medida, o que passa a contar não será exatamente a permanência integral das formas antigas nem a sua capacidade de resistência à passagem do tempo físico, ao desgaste e à transformação, dada pela passagem do tempo social. É preciso descobrir os tempos da história que se acumulam no espaço e que podem e devem ser resgatados pela memória.

Cada traço do passado representa diversas características acumuladas do seu uso/ consumo bem como a ação dos agentes, as experiências vividas, os sentidos atribuídos que contribuíram nas marcas do tempo. Desse modo, é preciso observar o quanto a memória, a história e o sentido podem ser evocados da cidade num determinado contexto de espaço-tempo. Essa memória poderia ser denominada como voluntária. Como uma vontade de lembrar que se desenvolve pelo indivíduo, mas onde toda memória individual é construída também sobre as reminiscências dos outros, acaba sendo uma memória social. Esta encontra sentido na vida coletiva e contribui para relembrar e dar significado ao passado (Pesavento, 2005).

Pesavento (2005, p. 14), fortalece seu olhar sobre a relação entre memória e as cidades ao explicitar que “uma cidade, pois, inventa seu passado e cria seu futuro para explicar o seu presente”. É neste mesmo espaço onde se vive o presente que se busca por meio da memória e da história “sinais” para um reconhecimento e identificação. Assim, essa liberdade para rememorar, possibilitar uma identidade é, também, um exercício de cidadania, um direito à cidade.

Do mesmo modo que a memória luta contra o esquecimento, a arquitetura e a escrita se inscrevem como uma glória frente ao tempo, e, nesse sentido, tanto a memória como a arquitetura podem ser assim definidas como atividades que enfrentam o tempo. Entretanto, para que as pessoas vislumbrem esse reconhecimento, essa patrimonialização do passado de uma cidade é necessário um sentimento, uma sensibilização do olhar para reconhecer o passado e sua história (Pesavento, 2005).

Ao pensar na definição de desenvolvimento requer que consideremos não apenas os aspectos econômicos, mas sociais, culturais e educacionais. Muito embora o quesito econômico seja demasiado importante, ele não pode e não deve ser o único parâmetro para a definição do conceito de desenvolvimento urbano. Um país ou região que objetiva desenvolvimento urbano em sua totalidade necessita levar em consideração o bem-estar social e os aspectos que promovem a qualidade de vida para sua população. Neste sentido, o conceito de desenvolvimento urbano está intrinsecamente ligado ao direito à cidade e à justiça socioespacial.

Para Lefebvre (1968), o direito à cidade vai além do simples acesso aos espaços urbanos. Ele enfatiza a importância de participação ativa e coletiva na produção do espaço urbano, contrapondo-se a uma visão na qual o desenvolvimento da cidade é muitas vezes conduzido por interesses econômicos e políticos restritos. Além disso, Lefebvre destaca a necessidade de uma apropriação consciente e crítica da cidade pelos seus habitantes. Ele defende a ideia de que os cidadãos não devem ser meros consumidores passivos do espaço urbano, mas agentes ativos na construção e transformação da cidade.

A obra de Lefebvre influenciou movimentos sociais e teóricos urbanos, promovendo reflexões sobre a democratização do espaço urbano, a participação cidadã na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento e a busca por uma cidade mais inclusiva e equitativa. O “Direito à Cidade” tornou-se um conceito fundamental no campo do urbanismo e da teoria crítica urbana.

Harvey (2005), influenciado pelos escritos de Lefebvre, aponta que no desenvolvimento capitalista se estabelece uma paisagem física que atenda às suas necessidades em determinado momento, e que, quando não estiver mais apropriada às suas condições, possam ser destruídas ou substituídas por outras que atendam ao novo processo de acumulação. Tudo está interligado à produção de valor e à própria dinâmica de acumulação. E a partir da teoria marxista podem ser explicadas as contradições existentes do capitalismo, como por exemplo a respeito das estruturas geográficas:

A paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso. Além disso, as crises nos investimentos do capital fixo são consideradas como sinônimo, em muitos aspectos, da transformação dialética do espaço geográfico (Harvey, 2005, p. 55).

Harvey (2005), reforça a ideia de que o ambiente exerce uma influência significativa sobre os residentes urbanos, moldando suas percepções, interpretações simbólicas e aspirações com base nas experiências vivenciadas. O estudo da urbanização está intrinsecamente relacionado à análise das transformações sociais e ao exame do desenvolvimento econômico, embora, por vezes, essa interconexão passe despercebida por muitos pesquisadores. Nesse contexto, as mudanças resultantes do desenvolvimento econômico urbano têm impactos substanciais tanto na esfera material quanto na simbólica de numerosas cidades contemporâneas.

Ainda entre os grandes autores que discutem a relação entre o desenvolvimento urbano e as estruturas sociais está Richard Sennett (2018). Este autor tem desempenhado um papel significativo na análise das dinâmicas sociais e culturais no contexto do desenvolvimento urbano contemporâneo. Sennett investiga as complexidades das interações humanas nas cidades modernas, explorando as

transformações na esfera pública, nas relações interpessoais e nos efeitos psicossociais do ambiente construído. Suas contribuições para o entendimento do desenvolvimento urbano residem na análise profunda das relações sociais e culturais nas cidades contemporâneas, bem como na proposição de abordagens mais adaptáveis e inclusivas para o planejamento e *design* urbanos. Seu trabalho tem impactado significativamente as discussões sobre qualidade de vida, cidadania e a configuração dos espaços urbanos na contemporaneidade.

Entre relatos e memórias: as transformações urbanas na área central do município de Vera Cruz

O desenvolvimento urbano do município de Vera Cruz se deu devido à demanda por habitações e a proximidade com o município de Santa Cruz do Sul, que concentra o setor de serviços, empregos e educação. Por esses motivos, o setor imobiliário tem realizado significativos investimentos em ambos os municípios. Como resultado, muitos indivíduos optam por residir em Vera Cruz, onde os imóveis são mais acessíveis e se deslocam diariamente para o município vizinho para trabalhar e estudar.

O contínuo processo de urbanização também engendra novas demandas por serviços e comércio. Mesmo diante do movimento pendular, no qual a população residente em Vera Cruz desloca-se diariamente para Santa Cruz do Sul, essa comunidade possui necessidades locais. Com a instalação de grande parte da população na área urbana do município, são requeridas estruturas que atendam às necessidades e assegurem os direitos sociais. Observa-se, portanto, mais do que uma mera ressignificação, são alterações no uso da área central do município que passa a concentrar a oferta de serviços e o comércio em geral.

Os prédios históricos em Vera Cruz gradualmente deixam de integrar a paisagem da área central. Nesse processo, a área de terra é valorizada e especulada pelo mercado, resultando na substituição das antigas residências por edifícios comerciais com uma arquitetura homogeneizada. Importante destacar que o solo urbano é considerado um “suporte para a vida”, oferecendo moradia, circulação e lazer, sendo percebido como meio de produção para industriais e comerciantes, mas não para trabalhadores assalariados (Lopes de Souza, 2008).

Por meio de relatos coletados em entrevistas semiestruturadas com diversos participantes da pesquisa sobre as transformações em Vera Cruz e fotografias que documentam as diferentes fases dessas mudanças, foi possível realizar um resgate histórico do município. Foram identificados seus principais marcos históricos e as respectivas implicações para o desenvolvimento urbano do município.

Um exemplo relevante refere-se a um dos locais centrais de Vera Cruz, que abrigava a Casa Pastoral da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana (Figura 1). Este

local, construído em 1932, além de servir como residência para o pastor e sua família, também recebia visitantes e estagiários da comunidade luterana evangélica. A preservação desse edifício histórico, como a Casa Pastoral, suscitou diversas opiniões e reuniões, conforme relatado por Dona Norma Franke, até a decisão final de vendê-lo.

Isto era uma questão... eu achava que sim, porque foi uma pena, porque essas casas eram muito bem construídas e é uma história que ia ficar né. Inclusive meu marido estava muito contra quando a comunidade vendeu, mas foi e foi, e tinha que investir muito dinheiro para a reforma, porque ela tinha cedido e tinha muitas rachas, a iluminação, parte hídrica, tudo, tudo tinha que ser. Tinha um porão então sempre, sempre umidade, então tudo isso foi posto em pauta. E houve muitas reuniões, bastante reuniões, até que então decidiram que realmente tinha que ser feito, mas para muita gente, hoje ainda está sendo assim bem difícil que essa casa foi derrubada (NORMA FRANKE, 2019).

Figura 1 - Casa Pastoral da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Vera Cruz



Fonte: Acervo Comunidade Evangélica (2008)

Na declaração de Norma Franke, ela expressa pesar em relação à demolição das casas históricas, destacando que essas construções eram robustas e representavam uma parte significativa da história local. A descrição de Norma também destaca as

dificuldades enfrentadas durante o processo decisório, evidenciando que muitas reuniões foram realizadas para discutir o destino da casa pastoral. Apesar da decisão de demolir e reconstruir devido aos problemas estruturais, ela ressalta que para muitas pessoas ainda é difícil aceitar a perda desse patrimônio histórico. O relato enfatiza a complexidade envolvida na preservação e as considerações práticas que influenciam decisões dessa natureza.

No local que antes servia como moradia e ponto de encontro dos membros da comunidade evangélica agora se apresentam dois grandes prédios que abrigam dois tipos distintos de negócio, uma farmácia e uma loja de eletrodomésticos, ambos com arquitetura contemporânea semelhante (ver Figura 2).

Figura 2 - No local que era a Casa Pastoral Evangélica agora possui salas comerciais



Fonte: Josiane da Silva (2018)

Outro prédio importante que fez parte da história de Vera Cruz trata-se da Casa Assmann. Construída por Pedro José Assmann, e posteriormente assumida por Emílio Osmundo Assmann, a Casa Assmann fez parte da vida de muitos veracruzenses. Localizada em uma das principais ruas da área central da cidade, a esquina chegou até a ser referida como “Esquina do Assmann”.

Figura 3 - Casa Assmann



Fonte: Acervo Histórico Municipal e Jornal Arauto (1970)

Em 2019, a Casa Assmann encerrou suas atividades comerciais e vendeu toda a esquina que alocava o prédio. A rede de lojas Becker comprou o imóvel, demoliu e construiu sua nova loja. Ao ser entrevistado, o engenheiro Gilberto Frantz observa o seguinte a respeito da Casa Assmann: “então uma casa que nós perdemos que conta a história de Vera Cruz, passou por ali, é a história da antiga casa Assmann, né, ali teve cinema antigamente, a história de Vera Cruz passou por ali...”. Entretanto, Heloísa Assmann, que morava no prédio, conta que era bom morar ali, mas tinha bastantes problemas, e acredita que o melhor destino para o imóvel é comercial.

Eu morava numa esquina muito famosa aqui de Vera Cruz, esquina do Assmann, e era bom morar ali, era bem no centro, e hoje eu continuo morando no centro, eu acho que eu não conseguiria morar hoje se não fosse nessa área. Querendo ou não, tá perto de tudo né. E morei ali muito tempo, mas hoje estou muito feliz onde eu moro, porque lá era muito velho, muito antigo, tinha bastante problemas, muita zueira na praça, lá a gente ouvia tudo, aqui eu não escuto nada. Acho que ali tem que ser comercial mesmo.

Eu acho bom a Becker ter colocado abaixo ali e fazer um prédio novo, porque se era pra continuar não sei mais quantos anos isso ia do jeito que

estava...uma loja velha ali, que eu não sei mais se tinha um lucro real, ou se estava empatando, querendo ou não vão gerar mais emprego, vai gerar mais movimento pra cidade. Uma pena as empresas grandes, calçados como era forte na cidade... esse prédio no centro da cidade que era da fumageira parado, tu entendeu, isso eu acho triste (Heloísa Assmann, 2019).

No relato acima, Heloísa Assmann compartilha sua experiência de morar em uma esquina bastante conhecida em Vera Cruz, especificamente na esquina do Assmann, localizada no centro da cidade. Ela destaca que, apesar de ter morado lá por um longo período, hoje está feliz em sua nova residência. Heloísa menciona que a antiga área era caracterizada por ser bastante antiga e apresentar diversos problemas, incluindo ruídos excessivos na praça, que eram audíveis em sua residência.

A moradora expressa contentamento com a mudança para uma área mais tranquila, onde não é mais perturbada por barulhos externos. Ela também compartilha sua opinião positiva sobre a decisão da empresa Becker de demolir a construção antiga e substituí-la por um novo edifício. Heloísa sugere que a região em questão deveria ser destinada para fins comerciais, considerando a proximidade com diversas facilidades.

A residente expressa pesar em relação ao abandono de prédios históricos no centro da cidade, mencionando especificamente o edifício que anteriormente pertencia à fumageira. Ela considera triste a inatividade desses espaços que já foram ocupados por grandes empresas, como as indústrias de calçados que foram fortes na cidade. Ela ressalta, ainda, a importância do desenvolvimento econômico e geração de empregos resultantes da renovação urbana, apesar de lamentar a perda do patrimônio histórico.

No questionamento sobre o receio de que a Casa Assmann fosse tombada, Heloísa Assmann confirma que sim, havia preocupação nesse sentido. Ela argumenta que, caso o tombamento ocorresse, a venda do imóvel seria praticamente inviável. Além disso, a família não contava com recursos suficientes para a manutenção do prédio, especialmente considerando a ausência de qualquer incentivo público disponível. Esse temor evidencia as dificuldades financeiras e a falta de apoio institucional que poderiam impactar a preservação do patrimônio histórico da Casa Assmann.

Eu tinha muito medo, se fosse tombada nós não conseguiríamos vender né e também pelo fato de manter sem nenhum auxílio. Então eu particularmente tinha. A minha mãe deixou tudo para mim e o Céu decidiu, o meu medo de tombar foi pensando em mim também, em manter depois. Porque o que diz a legislação, se tu tomba, tu tem que manter alguns padrões, então quem comprasse aquilo ali não ia conseguir manter. O terreno todo em desnível, do jeito que tava tu tinha um porão morto, não ia conseguir aproveitar, esse era o meu medo mais porque eu

sei que ia ficar "empacado" na família e ninguém na família ia ter o dinheiro para fazer o investimento (Heloisa Assmann, 2019).

Figura 4 - Esquina que abrigava a Casa Assmann



Fonte: Grazielle Betina Brandt (2018)

Diante das diversas transformações na arquitetura urbana do município, alguns edifícios – notadamente o futuro local destinado à cultura –, conseguem manter sua preservação devido ao respaldo oferecido por instituições envolvidas em seu processo de restauração. Contudo, a restauração é marcada pela incapacidade da prefeitura em concluir o restauro, influenciada por mudanças administrativas e divergências de ideias ao longo dos distintos mandatos governamentais.

Muito custo, muito gasto. Tu vê quanto tempo esse prédio ali que é pra ser o museu está sendo reformado. Ganham investimento não chega, fica parado, estão destruindo já parte de novo. Dizem que tem que preservar, mas não tem o que paga. Nessa casa onde vai ser o museu foi arrancado tudo, nessa casa eu também frequentava, porque os sobrinhos deles lá eram minha vizinha (Maria, 2019).

A casa de cultura, apresentada abaixo (Figura 5), do ano de 1918, vem sendo restaurada para em breve abrigar o Museu Municipal. Diversas restaurações já foram feitas, mas em função do valor necessário para restauração total e divergências dos vários governos, aconteceram pausas em seu processo de revitalização.

Maria, ao abordar os custos inerentes à conservação e ao restauro de estruturas antigas, ressalta a complexidade do panorama que envolve o patrimônio arquitetônico municipal. Maria destaca a significativa importância dos custos associados à conservação e à restauração de estruturas antigas, evidenciando as intrincadas dinâmicas envolvidas na gestão do patrimônio urbano.

Figura 5 - Casa de Cultura



Fonte: Elisangela Johann (2016)

A princípio, estima-se que para o ano de 2025 a reforma total esteja pronta e o museu possa se mudar para seu novo ambiente. Observa-se facilmente a contradição evidente nos depoimentos de diversos entrevistados, em que entram em jogo considerações sobre o valor do capital, a ausência de infraestrutura e de estímulos para a preservação dos edifícios históricos. Entre os proprietários que

ainda detêm prédios históricos, destaca-se o receio e as dificuldades associadas à manutenção dessas propriedades ao longo do tempo. Conforme salienta Harvey (2010), essas alterações no espaço urbano refletem intrinsecamente as relações existentes entre a sociedade e o modelo capitalista.

Figura 6 - Casa de Cultura sendo restaurada



Fonte: Josiane da Silva (2018)

Segundo Lopes de Souza (2003), a interação entre memória e desenvolvimento apresenta uma complexidade significativa, uma vez que ambas configuram como práticas discursivas que incorporam diversas experiências refletidas no espaço habitado. A memória, além de ser um meio de resgate do passado, desempenha um papel fundamental na construção da identidade, considerada uma construção social em constante transformação por meio das relações interpessoais. O sujeito pós-moderno é caracterizado por uma influência constante e recíproca, resultando em uma identidade fragmentada e em constante evolução, construída historicamente por meio de vínculos e significados.

As ações de preservação ganham força quando o ambiente é abordado não apenas em relação às edificações, mas também em consideração aos valores e memórias que elas evocam nos indivíduos. Essas memórias, tanto sociais quanto coletivas,

estabelecem uma conexão entre o passado e o presente das sociedades, proporcionando autoconhecimento. O conceito de patrimônio urbano, conforme delineado por Schneider (2005), abrange não apenas os bens edificados, mas também o *savoir-faire*, os valores da memória, as dimensões afetivas e as peculiaridades do cotidiano de uma sociedade.

Em última análise, se o indivíduo recorre constantemente às suas memórias para reafirmar sua identidade, a paisagem urbana e as edificações tornam-se partes integrantes desse processo de identificação. Por meio das memórias dos entrevistados é possível compreender o campo de forças que envolve identidade e desenvolvimento urbano e como esses elementos confrontam-se nesse contexto específico. O rápido desenvolvimento da área central de Vera Cruz altera constantemente as dinâmicas de identidade, pois os indivíduos estão em constante interação com o ambiente em que estão inseridos.

Considerações finais

O município de Vera Cruz experimenta um incremento gradual em sua população, embora sua recuperação econômica, decorrido o período pós-2014, seja lenta nos últimos anos. Durante esse período de ascensão econômica, observaram-se diversas modificações nas edificações da área central, marcadas pela venda de terrenos que abrigavam prédios históricos, impulsionada pelo elevado valor comercial desses ativos. Agentes imobiliários, detentores de considerável poder, desempenham um papel preponderante na alteração do cenário urbano, tanto na zona urbana quanto rural de Vera Cruz. A pesquisa destaca que alguns residentes foram incentivados por propostas vantajosas desses agentes, resultando na venda de terrenos estrategicamente localizados na cidade. Isso, por sua vez, propiciou a demolição de prédios históricos para dar lugar a novas construções comerciais, visando maior rentabilidade.

Contudo, não são exclusivamente os agentes imobiliários que influenciam a transformação do espaço urbano, territorializando e reterritorializando lugares na paisagem urbana. A sociedade civil e o poder público também desempenham um papel crucial, interferindo diretamente na dinâmica social e econômica local. Assim, a conscientização acerca da importância do patrimônio histórico para a preservação da identidade e memória coletiva é crucial. Nesse contexto, a implementação de incentivos fiscais ou subsídios para a preservação, embora desafiadora, é algo que os agentes políticos devem considerar.

A pesquisa revela a contradição entre o desejo de crescimento e a preservação das memórias, uma condição característica da modernidade e das antinomias espaço-temporais. Os entrevistados expressam um anseio por desenvolvimento urbano, valorizam ações que promovam o crescimento social e econômico do município,

evitando que se torne apenas uma cidade dormitório. A dificuldade financeira para manter os prédios históricos em boas condições é reconhecida, sendo a área central, agora comercial, um desafio para proporcionar moradia com qualidade e bem-estar devido à intensa circulação e barulho.

Os residentes, ao avaliarem a importância da preservação dos prédios históricos, reconhecem sua relevância, mas ao lidarem com suas propriedades particulares, destacam as oportunidades de venda e as dificuldades financeiras de manutenção dessas edificações. Quanto às novas construções, desde que proporcionem melhor qualidade de vida à população, em sua maioria, não há resistência em relação à transição para o novo.

Diante disso, percebe-se uma relação complexa entre memória e desenvolvimento urbano, especialmente no que tange às identidades e pertencimentos ligados a essas memórias. As percepções dos residentes e agentes sociais e políticos são tensionadas pelas antinomias espaço-temporais da força do capital, moldando as transformações na paisagem urbana e revelando as disputas de poder nos campos econômico, político, cultural e social na área central do município.

Referências

- BATTAUS, D.; OLIVEIRA, E. **O direito à cidade**: urbanização excludente e a política urbana brasileira. São Paulo: Lua Nova, 2016.
- DUMMER, C. *et al.* **Vera Cruz**: tempo, terra e gente. Vera Cruz: Lupagraf, 2009.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população**. 2018. Disponível em: <https://ibge.gov.br>. Acesso em: 5 maio 2020.
- PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ (Ufpel)**, v. 2, n. 4, ago./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v2i4.893>
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 10 maio 2020.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LOPES DE SOUZA, M. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LOPES DE SOUZA, M. **O ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SCHNEIDER, L. C. **Rio Pardo**: evolução urbana e patrimônio arquitetônico urbanístico. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SENNET, R. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018

VOGT, O. P. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Revista Méteis: história e cultura**, v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/687>. Acesso em: 15 maio 2020.

Data de submissão: 22/07/2020

Data de aprovação: 13/11/2023

Revisão: Daniela Matthes (português), Francieli de Souza Francisco (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Josiane da Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul
Avenida Independência, 2293 – Universitário
96815-900 Santa Cruz do Sul/RS, Brasil
E-mail: josysilva90@yahoo.com.br

Grazielle Betina Brandt

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul
Avenida Independência, 2293 – Universitário
96815-900 Santa Cruz do Sul/RS, Brasil
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8162-578X>
E-mail: grazielle@unisc.br